

Ata da Reunião da Comissão Tripartite no Estado de São Paulo

Data: 02/08/2004

Horário: 14h00

Local: IBAMA/SP

Presentes:

Analice de Novais Pereira – Gerente Executiva do Ibama/SP

Eugênio Spengler – Ministério do Meio Ambiente

Cristiane Leonel – Representante Titular do Governo Federal pelo Ibama na Comissão Tripartite Estadual

Joaquim Maia Neto - Representante Titular do Governo Federal pelo Ibama na Comissão Tripartite Estadual

João de Munno Júnior – Representante Suplente do Governo Federal pelo Ibama na Comissão Tripartite Estadual

Murilo Reple Penteado Rocha - Representante Suplente do Governo Federal pelo Ibama na Comissão Tripartite Estadual

Fredmar Correia - Representante Titular do Estado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SMA na Comissão Tripartite Estadual

João Ricardo de Guimarães Caetano - Representante Titular dos Municípios pela Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA na Comissão Tripartite Estadual

Antonio César Simão - Representante Titular dos Municípios pela Associação Paulista dos Municípios – APM na Comissão Tripartite Estadual

Cláudio Antonio de Mauro - Representante Suplente dos Municípios pela Confederação Nacional dos Municípios na Comissão Tripartite Estadual

Márcia Jovito – Assessora de Gabinete do Ibama/SP – relatora da reunião

O Sr. Eugênio Spengler sugeriu a seguinte pauta:

- ✓ Rodada de apresentação dos presentes.
- ✓ Sua apresentação sobre a Comissão Tripartite Nacional, abordando pautas discutidas e encaminhamentos.
- ✓ Levantamento sobre as demandas de cada esfera (Municipal, Estadual e Federal), bem como as suas expectativas.
- ✓ Definição de forma de funcionamento da comissão.
- ✓ Definição da 1ª Coordenação da Comissão Tripartite Estadual.

O Sr. Eugênio salientou ainda que seria importante estabelecer uma agenda e que seria necessário definir quem teria voz e voto nas reuniões.

Os presentes concordaram com a pauta sugerida.

O Sr. Eugênio distribuiu material sobre as Comissões Tripartite: Portarias, Memória das reuniões da Comissão Tripartite Nacional, documento sobre Rumos do Licenciamento Ambiental.

Explicou sobre os processos das implantações nos outros estados e informou que através da Portaria 131, de 13 de junho de 2004 foi dada posse à 14 comissões estaduais e que 09 delas já haviam feito a sua 1ª reunião.

Fez um breve histórico sobre a implantação da Tripartite Nacional, relatando que havia sido formalizada em maio de 2001, pelo Sr. Sarney Filho, na época Ministro do Meio Ambiente e que havia sido um trabalho articulado pela ABEMA, com participação da ANAMMA, Confederação dos Municípios, Ibama e MMA.

Salientou que no caso das Comissões Tripartites, formalizada através de Portaria 473, a Comissão seria um canal de discussão e articulação, cujos encaminhamentos seriam feitos na base do consenso.

Informou que a orientação era de que na pauta da Comissão Estadual tivesse sempre algum assunto da Comissão Nacional para ser discutido.

Pontuou os temas que estavam na pauta da Comissão Nacional, como segue:

- Licenciamento

Enfatizou que o licenciamento não poderia ser confundido com definições de competências.

Salientou que o Seminário sobre Licenciamento (29 e 30/07) estava bem representado por um público de alto nível e que o Licenciamento de Hidrelétricas apresenta muitos problemas, tanto a nível federal, como estadual.

- Saneamento

Está sendo discutidas a questão de investimento municipal e a relação com órgãos estaduais.

Informou que o município solicita o recurso para o financiador e que precisa da L.P. (Licença Prévia) para liberar o recurso ou que consegue uma “licença no escuro”. É preciso acertar o calendário.

- Assentamentos

A regularização dos assentamentos tem sido feita por um TAC, articulado pelo INCRA e MMA, mas não tem sido realizadas conversas com os municípios.

- Carcinicultura

É preciso definir procedimentos e tem sido uma questão que tem afetado principalmente a região nordeste.

- Programa de Capacitação para Gestores Municipais

O objetivo é de capacitar pelo menos 2.000 técnicos municipais. O MMA já está captando recursos. Este programa não é coordenado pelo Governo Federal. Está sendo discutido com a ABEMA e com os municípios. Definiu-se um Grupo de Trabalho –GT. O GT Nacional define as diretrizes e a Comissão Estadual define como desenvolver essa capacitação (Por exemplo, trabalhar com quem já tem experiências com os municípios). Enfatiza que o trabalho será gradativo com o estabelecimento de critérios para definir prioridades.

- SINIMA (Sistema Nacional de Informação)

Não existe um cadastro com informações sobre tipos de licenciamento e/ou quem licencia.

É preciso estabelecer esse sistema.

- Compensação Ambiental

É preciso definir critérios de aplicação, procedimentos, quem o faz...

- Regulamentação do Art. 23

Definir ou esclarecer as competências é fundamental. Estabelecer diretrizes gerais.

A competência que cabe aos municípios será estabelecida pela Comissão Estadual. Está em pauta a realização de seminário sobre competências, que está previsto para o início de setembro em Goiânia. É necessário garantir a representatividade nesse evento. As definições serão estabelecidas através de propostas consensuais, com construção e encaminhamento para o Congresso Nacional. Informou que o Sarney Filho não apresenta dificuldades em fazer emendas para o seu Projeto de Lei. Na metodologia deverá ser identificado o que é consensual e o que é conflitivo. É possível definir melhor a Resolução CONAMMA 237, através de resoluções estaduais.

Finalizando enfatiza que é tarefa das Comissões Tripartites Estaduais:

- ✓ Intercalar temas nacionais e estaduais;
- ✓ A Comissão da Tripartite Estadual não se reporta ao MMA, mas sim à Comissão Tripartite Nacional (o material produzido deverá ser encaminhado à Comissão Nacional, tais como, listas de presença, atas de reuniões e etc.);
- ✓ Não há um ente federado superior ao outro. Existe uma horizontalidade no processo;
- ✓ A elaboração das pautas e memória das reuniões;
- ✓ A elaboração de uma lista com os e-mails.

O Sr. Eugênio pontuou ainda, que a Comissão Estadual poderia levantar questões específicas.

O Sr. Cláudio Mauro levantou o assunto sobre o veto do Projeto de Lei, que retira o Código Florestal das áreas urbanas e informou que o Comitê de Bacias Hidrográficas PCJ, havia elaborado uma moção contra o projeto. Solicitou que a Comissão Tripartite fizesse o mesmo.

A Gerente Analice traz a informação que o projeto havia sido vetado.

Abre-se a fala aos presentes para encaminhar item da pauta.

O Sr. Fredmar Correa enfatizou a importância da capacitação dos municípios, bem como dos outros entes federados. Salientou que o município está longe das questões de gestão. Colocou que seria difícil modificar procedimentos que estavam arraigados e que o município ficou ao abrigo da esfera federal e estadual. Fez um breve histórico sobre a formação dos CONDEMAS, cuja função era de uma instância de aconselhamento para as questões ambientais.

Salientou a importância da regionalização para a solução de questões ambientais. Afirma que um município com maior avanço pode influenciar um município menor na gestão ambiental e que a troca de informações e de metodologias podem ser acentuadas. É preciso entender como fazer a transversalidade entre as esferas. Informou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi ao CONSEMA e pontuou a importância da transversalidade salientando que era preciso afinar esse trabalho.

Enfatizou que o fortalecimento através da integração era pautável e tangível, como por exemplo, os comitês de bacias.

O Sr. João Ricardo enfatizou algumas questões que deveriam ser tratadas na Comissão Tripartite, como a capacitação dos entes mais frágeis que são os municípios. Salientou as dificuldades que a máquina tem para implementar a Gestão Compartilhada. Informou que a ANAMMA organizou vários seminários para apresentar a questão da gestão compartilhada com a Cetesb, CPRN e diversos municípios do estado. Pontuou a importância de levar essa questão de forma mais organizada e estruturada. Sugeriu que a Comissão Estadual poderia organizar esses seminários, pois muitas vezes o prefeito não tem informações de como organizar a estrutura para a gestão compartilhada. Poderia ser feito conforme a organização dos comitês de bacias e considerar a estrutura existente neles. Sugeriu também a composição de uma equipe para atuar em uma determinada região, pois existe municípios muito pequenos e sem recurso humano. Salientou a importância de se debruçar sobre o estabelecimento de convênios que estão em andamento, tais como o de Bertioiga e de Santo André.

Colocou que esse trabalho poderia ser feito em dois blocos, um seria a Capacitação e o outro seria para o aparo de algumas arestas existentes.

O Sr. João de Munno reforçou a importância da capacitação e informou que há muitas atividades que estão sendo delegadas à União e que poderiam estar nas mãos dos municípios.

O Sr. Antonio Simão também enfatizou a questão da capacitação e informou que a Fundação Faria Lima têm desenvolvido trabalhos neste sentido em parceria com a APM. E que poderia participar desse processo junto com a Comissão Tripartite. Segundo o Sr. Antonio Simão, a Comissão Tripartite deverá durar pouco tempo, pois uma vez definido procedimentos e encaminhamentos para as questões pendentes e indefinidas, o processo se dará por si.

O Sr. Cláudio Mauro propôs que o curso poderia ser na Cidade de Rio Claro.

O Sr. Antonio concordou e disse que o curso de capacitação deveria ser ministrado por técnicos do DPRN, do IBAMA, dos Comitês de Bacias e de Associações de Base. Informou que haveria um encontro com os prefeitos eleitos na nova gestão e que seria importante apresentar essas questões. Informou também sobre o Congresso de Tecnologia e Informações dos Municípios e que seria interessante fazer um painel sobre a Comissão Tripartite Nacional e Estadual.

O Sr. Eugênio informou que a capacitação será no ano que vem e que neste semestre será definida a programação e a estrutura.

O Sr. Fredmar pontuou que é necessário estabelecer um planejamento, pois o Estado de São Paulo apresenta uma grande variedade de questões. Salientou que fora do perímetro de 180km do centro existe uma obscuridade sobre as questões ambientais e que um planejamento possibilitaria o levantamento dessas questões e resolveria algumas angústias.

O Sr. Cláudio Mauro pontuou a questão da Cantareira e o do abastecimento de água. Informa que foram apresentadas uma série de reivindicações para o DAEE e para a ANA. Discutiram a necessidade de uma maior representatividade; a mudança de vazão e a implantação de um Banco de Água. Salientou que o Comitê da Bacia do Piracicaba havia completado 10 anos.

Enfatizou que era preciso capacitar todos os entes federados, não somente os municípios. Informa que o processo é muito complicado e que há muitos interesses políticos que intercedem essa questão. Enfatiza que a Comissão tripartite precisa se articular para interceder essas questões. É preciso fortalecer os Comitês de Bacia e os Consórcios de Municípios. Coloca que os órgãos federais precisam ter representação nos comitês.

Em relação a capacitação sugere o estabelecimento de uma classificação para esse trabalho. É preciso identificar onde há uma massa capacitada. Informa que o Comitê que preside faz cursos com o CEPHAN e que há 25 municípios envolvidos. Devemos verificar quais são as possibilidades de estabelecer uma política municipal, como por exemplo um “Código das Águas” (presente no site da Cidade de Rio Claro). Salienta que o CEPHAN é um instrumento, mas que há outros, como as universidades (UNESP-Presidente Prudente) que são potenciais de tecnologias e recursos humanos.

Outra questão é o estabelecimento de mecanismos para que os municípios queiram fazer parte dessa capacitação. Chamar todo mundo e ver quem quer participar. Dá mais trabalho, mas torna o processo mais efetivo. Sugeriu a montagem de um projeto para a qualificação dos municípios.

Apresentou a proposta de um seminário em que se trabalharia o Pacto Federativo, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Os temas norteadores seriam água, Terra, Ar e Vida, discutindo questões sobre financiamento, integração e responsabilidade de cada ente federado. Esse seminário seria estruturado da seguinte forma: A União, o Estado, os municípios e a Sociedade Civil elaborariam um texto (cada um) sobre sua visão de pacto federativo nos temas norteadores. Os textos serviriam para orientar o debate e seria criado um site para disponibilizar as informações. O seminário seria realizado em um dia, com a formação de grupos de discussão e uma plenária. Sugeriu que esse seminário acontecesse antes do encontro de Brasília (setembro).

A Sra. Cristiane Leonel pontuou as questões de fauna que seriam extremamente importantes para trabalharmos com os municípios, como por exemplo o Plano de Ação para o Manejo do Caramujo Africano. Explicou a problemática sobre os caramujos, evidenciando a sua atuação com uma praga, destruindo plantações, competindo com os caramujos nativos, podendo ser vetor de graves doenças. Salientou que era um organismo exótico e que havia entrado no país ilegalmente e que não tinha normatização por parte do Ibama. Neste plano o trabalho deve ser feito com secretarias municipais de saúde, educação, de meio ambiente e vigilância sanitária.

Outra questão era o que se concerne às capivaras, cujo trabalho está em desenvolvimento.

Finalizando, enfatiza que a Comissão Tripartite seria um instrumento para trabalhar essas questões de fauna que chegam dos municípios e representam um forte demanda da questão ambiental. Seria um exercício muito importante para fortalecer a gestão compartilhada.

A Sra. Analice Pereira fortaleceu a questão de fauna e pontuou outras demandas como as de Portos e Aeroportos. Enfatizou a necessidade de discutir as questões relacionadas com as Áreas de Proteção Permanente (APPs), definindo procedimentos e normatizações.

O Sr. Joaquim Maia Neto expôs que deveremos trabalhar em duas frentes. Uma trabalhando as questões estruturais mais amplas e outra com questões pontuais. Nas questões mais amplas trabalharíamos a questão das competências, definindo procedimentos e fazendo gestão para provocar o Conselho Estadual para a regulamentação de algumas questões. Outra questão seria a capacitação de todos os entes federados. É necessário a capacitação e o convencimento para que eles encampem a gestão ambiental. E para fechar as questões amplas, coloca que trabalharíamos a regionalização e uso do espaço geográfico dos comitês, estabelecendo grupos de técnicos que atuariam em vários municípios. Os municípios precisam formar os seus CONDEMAS.

Em relação às questões pontuais, afirma ainda, que seria necessário levantar as demandas específicas dos municípios e a questão das APPs (um gargalo no Ibama).

Após as falas de todos os presentes, o Sr. Eugênio fez um breve resumo, recapitulando as demandas trazidas pelo grupo que serviram de pauta para o trabalho da Comissão Tripartite Estadual, que ficou como se segue:

- Capacitação
 - Uma ação extremamente importante, abordando todas as esferas.
 - Como fazer esse processo? Precisamos definir.
- Regionalização
 - Trabalhar a organização dos municípios, em comitês e/ou consórcios. O importante é potencializar a gestão ambiental
 - Estruturarcomo?
- Transversalidade
 - É uma questão ampla, mas é possível trabalhar na regionalização.
- Seminário proposto pelo Sr. Cláudio Mauro
 - É um encontro preparatório e é essencial que o Estado de São Paulo faça uma discussão sobre a visão do pacto federativo.
 - Questões importantes a ser discutida, como pacto federativo e competências.
- Questões Pontuais
 - Áreas de Proteção Permanentes é uma questão de licenciamento.
 - Portos Secos
 - Caramujo Africano
 - Capivara
- Estruturação da Comissão
 - Definição de agenda
 - 1ª Coordenação

O Sr João Ricardo sugeriu que o seminário proposto pelo Sr. Cláudio Mauro seja em novembro, pois não teríamos tempo hábil para organizá-lo, uma vez que era proposta para a Comissão Tripartite Estadual.

O Sr. Eugênio afirma que o MMA, não teria tempo para elaborar o texto.

O Sr. Antonio Simão propõe que seja inserido no encontro de prefeitos e técnicos da prefeitura, que ocorrerá em novembro (em São Paulo, no Shopping Frei Caneca) a pauta sobre a Comissão Tripartite.

Encaminhamentos:

- ✓ A Comissão Tripartite organizará a parte referente as questões da tripartite para apresentar no encontro que será de 30/11 à 02/12 (proposta do Sr. Antonio Simão).
- ✓ A primeira coordenação será realizada pelo ente da esfera estadual.
- ✓ As reuniões ocorrerão na 1ª quarta feira de cada mês às 15h00, ficando a próxima para o dia 01 de setembro.

Pauta para a próxima reunião:

- ✓ Discutir os encaminhamentos e preparações para o encontro de prefeitos e técnicos municipais,
- ✓ Definir prioridades para os temas apresentados pelo grupo (cada membro deverá levar as questões aos seus pares e discutir, trazendo uma proposta para a definição das prioridades),

E assim sendo, deu-se por encerrada a reunião da Comissão Tripartite no Estado de São Paulo, às 17h30.

São Paulo, 02 de agosto de 2004.